



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Ante o aumento do custo de vida LUTA UNIDA DOS TRABALHADORES pela subida geral dos salários

Face ao agravamento do custo de vida e aos baixos salários, face às novas medidas do governo, os trabalhadores devem reforçar a luta por aumento de salários e fortalecer a sua unidade e combatividade.

Luta organizada nas empresas e nos sindicatos. Unidade activa, que conduz à formação de organismos dirigentes — comissões de unidade e comissões sindicais — que articulem a acção reivindicativa por aumento de salários à escala da empresa, da localidade, da região e país.

Conserveiros, motoristas, portuários, metalúrgicos, têxteis, enfermeiras, operários da Carris de Lisboa e Porto, dos tabacos, telefones, empregados bancários, de comércio, de escritório, empregados de mesa, trabalhadores rurais, operários e operárias dos vários ramos da produção devem dar um novo impulso à luta, para que esta imponha ao patronato e ao fascismo a subida geral de salários.

É sobre o governo de salazar que recai a responsabilidade da subida do custo de vida. Foi ele que decretou o recente aumento de 7 a 20 por cento sobre artigos de amplo consumo. Este aumento destinou-se a financiar a guerra colonial, em que se irão consumir este ano cerca de 6 milhões de contos. O governo pretende ao mesmo tempo fazer pagar ao povo consumidor a recente melhoria de vencimentos do funcionalismo público.

O imposto de transacções não veio pôr ao mesmo nível o custo de vida e os salários e muito menos ficou aquém destes, como o pretende demonstrar o ministro da Economia, na sua entrevista ao «Diário de Lisboa». O custo de vida subiu muito mais vertiginosamente do que os vencimentos dos operários e empregados.

O imposto de transacções elevou de um só golpe o preço de artigos de amplo consumo em 20 por cento. Entretanto a recente melhoria de salários dos trabalhadores da C.P. foi de 15 por cento. O aumen-

to dos operários da Carris de Lisboa, alcançado em Junho passado, foi de 8 a 15 por cento, o dos operários do Arsenal do Alfeite de pouco mais de 10 por cento, o dos corticeiros da Margem Sul de 8 por cento. A recente melhoria dos 104 mil e 700 funcionários públicos varia entre 200\$00 e 300\$00, para ordenados de 1.150\$00 e 1.700\$00, enquanto 88 altos funcionários tiveram aumentos 2.200\$00 e 226 rece-

beram 2.000\$00, para ordenados, respectivamente, de 11 e 10 contos.

Houve ainda aumentos de salários que variam entre 10 e 15 por cento para os marmoristas de Pero Pinheiro, operários da construção civil, lanceiros, electricistas, trabalhadores de várias empresas da Margem Sul e do Ribatejo.

Mas há sectores da classe operária onde se não registaram aumentos (continua na 3ª pág.)

Os colonialistas portugueses SERÃO DERROTADOS

Para os governantes salazaristas tudo vai pelo melhor dos mundos, em Portugal e nas colónias.

De regresso da sua recente viagem a Angola e a Moçambique, o ministro da Defesa não pôde eximir-se a esse ridículo optimismo. Ao descer no aeroporto fez uma solene declaração ao país: «A luta que nos é imposta — disse ele — não pode estar perdida, pelo contrário, reunem-se todas as condições para que a vitória nos pertença. Esta minha visita confirmou-me, uma vez mais, como está certa a nossa política ultramarina e deu-me a garantia de que os nossos inimigos não nos podem bater, combatendo nós como estamos a fazer».

Podem os fascistas portugueses ganhar a guerra? O quadro da política africana e da política mundial deixou definitivamente de ser favorável ao colonialismo português. A África negra, martirizada por séculos de ocupação colonial, alterou a sua estrutura económica e política. Em vez das colónias, dos territórios escravizados pelo imperialismo estrangeiro, existem hoje nações independentes que constroem uma nova vida.

Os povos de Angola, Guiné e Moçambique, actuam na África que está varrendo o poder dos seus antigos opressores. Os povos livres desse continente conhecem o valor da solidariedade. Sabem que ela só é válida quando se exerce de uma maneira concreta. Por isso ajudam os seus irmãos escravizados pelo colonialismo português. Esse auxílio é tanto maior quanto mais elevado é o grau de consciência política desses povos e o nível de independência (continua na 2ª pág.)

AS DIFICULDADES APRESENTADAS pelo Comité Central exigem um maior esforço de todos os militantes

O Partido Comunista Português, o partido do proletariado, educa os seus membros, no espírito da crítica e da auto-crítica, no reconhecimento franco e aberto dos seus erros. É o único processo sério de corrigir as faltas cometidas, de buscar soluções adequadas, de

marchar adiante.

O Comunicado do C.C., saído da reunião de Agosto passado, obedece a estes princípios essenciais por que se regem os partidos comunistas.

Objectivamente o C.C. trouxe ao conhecimento de todo o Partido e da classe operária as dificuldades do momento. Com espírito realista tomou medidas concretas e imediatas impostas pela situação.

Trata-se de um trabalho tenaz e paciente, que implica uma activa participação de todos os militantes, uma renovação nos processos de organização e de defesa.

A melhoria do trabalho de Direcção é condição indispensável para a melhoria de toda a actividade do Partido. Por isso o C.C. tomou medidas para fortalecer o trabalho colectivo, a eficiência do trabalho de Direcção, uma maior participação dos militantes na elaboração da orientação e das directrizes gerais do Partido.

Uma justa política de quadros, a sua conveniente distribuição e aproveitamento fundamentam os progressos do Partido. A reunião de Agosto do C.C. encarou medidas práticas para melhorar o recrutamento e formação política dos quadros, que possibilitem a realização das suas tarefas.

A defesa do Partido é um problema essencial da sua actividade. Nenhum trabalho político eficiente

é possível se o Partido não se encontra ao abrigo da repressão policial, se se enfraquece a disciplina em matéria conspirativa, se não se renovam os processos de defesa.

Na base da situação concreta, o C.C. encarou um conjunto de medidas, destinadas a reforçar a defesa do Partido, em ligação com o trabalho de organização, política de quadros e trabalho de massas.

Melhorar a organização significa dar ao Partido as condições para o cumprimento das suas tarefas de vanguarda. A organização é o elo indispensável à ligação com a classe operária e as massas trabalhadoras, à direcção das lutas económicas e políticas, à mobilização popular, ao levantamento nacional, ao derrubamento da ditadura.

A reunião do C.C. debruçou-se sobre estes importantes problemas e concluiu por um conjunto de medidas que irão objectivar-se na melhoria do trabalho de organização, na renovação dos seus métodos, na concentração de esforços nos pontos fundamentais, na luta contra a rotina, na variedade de processos na acção organizativa do Partido.

«A actividade de massas, a ligação dos militantes com a classe operária e as massas — afirma o Comunicado do C.C. — são além de mais, a melhor garantia da defesa do Partido, do recrutamento dos militantes»

(continua na 2ª pág.)

Unidade e luta organizada

PARA O DERRUBAMENTO DA DITADURA

A divisão das forças democráticas tem permitido a continuação da ditadura fascista. A unidade das forças democráticas tem feito estremecer o fascismo e ameaçado a sua existência, sempre que se fundamenta na acção popular.

A experiência da luta democrática valoriza a unidade, a actividade organizada, o trabalho clandestino, as formas ilegais de acção, que nas condições da ditadura permitem traçar as linhas directoras para o combate comum e para o aproveitamento de todas as possibilidades legais.

Mas o aproveitamento das possibilidades legais nada tem a ver com o legalismo.

Por exemplo, constitui um erro tático a desistência prematura dos candidatos oposicionistas às últimas «eleições» para deputados, quando se encontram perante as dificuldades reais criadas pelo fascismo. Em vez de renúncia à batalha «electoral» impunha-se aproveitar as possibilidades legais, até ao fim combater a ditadura, reforçar a unidade, fomentar e criar formas de organização adequadas, incentivar as acções de massas, manter as candidaturas até ao último dia.

Os conceitos do legalismo, que têm dominado em certos sectores democráticos, pretendem circunscrever a actividade das forças anti-fascistas no quadro da legalidade ditada pela ditadura ou conquistada com atitudes de transigência política, com afirmações de anti-comunismo e de renúncia à unidade com o Partido Comunista.

(continua na 2ª pág.)

UNIDADE E LUTA ORGANIZADA

(continuação da 1ª pág.)

Quando na aparência o fascismo se mostra compreensivo face a tais atitudes tem uma meta em vista: alimentar a divisão, castrar o espírito de luta, desviar do combate organizado, persistente e metódico as correntes ou personalidades democráticas que se mostram vacilantes ou transigentes e desacreditar politicamente essas forças.

O legalismo é estranho à verdadeira luta dos democratas e do povo português.

O legalismo, venha ele donde vier, conduz à inação, ao immobilismo. A luta contra a ditadura só pode sair vitoriosa se se alicerçar numa actividade organizada, firme e consequente, travada em várias frentes e em cada dia, e fundamentando-se na força do povo e na sua luta.

A luta contra o fascismo requer uma coerente posição de combate, a noção de que não se destroi um inimigo experiente e bem armado sem uma força ofensiva correspondente ou superior.

A luta contra o fascismo tem de ser uma luta unida das forças democráticas, devidamente organizada, resultante de um plano comum de acção, que leve ao aproveitamento de variadas formas de luta, no domínio legal e ilegal e se baseie numa ampla mobilização popular.

Em sua última reunião, no passado mês de Agosto, o Comité Central do Partido Comunista Português assinalava de novo a necessidade imperiosa da unidade dos sectores anti-fascistas.

«No momento actual—afirma o Comunicado saído da reunião—existem condições favoráveis para o confronto de opiniões, a busca comum de soluções, a definição conjunta dos objectivos e das formas de acção imediata, o estabelecimento de acordos para o desenvolvimento da luta anti-fascista.»

O Partido Comunista continuará a trabalhar pela Unidade. Não poupará esforços para a concretização de um tal objectivo, que se integra na sua linha política e corresponde às mais profundas aspirações populares.

Constituamos Grupos de Amigos do Partido

Hoje, que se coloca com mais importância ainda, o alargamento de iniciativas para uma maior recolha de fundos, a constituição de «Grupos de Amigos do Partido» vai ao encontro das necessidades financeiras do Partido e das manifestações de consideração, respeito e espírito solidário, de milhares de homens e de mulheres, que em todo o país são capazes de grandes sacrifícios, para corresponder ao apelo do Partido para uma maior recolha de fundos.

Constituamos nas fábricas, nos campos, nas aldeias, vilas e cidades do nosso país novos «Grupos de Amigos do Partido».

Trabalhem para intensificar a recolha de fundos, para aumentar a solidariedade ao Partido.

Mais fundos significa melhor trabalho político, melhor defesa do Partido.

O cooperativismo cresce nos campos MAS HÁ QUE LUTAR CONTRA OS TRAVÕES GOVERNAMENTAIS

Contra o colete de forças da organização corporativa fascista, os agricultores estão recorrendo à formação de cooperativas.

Conhecedores do princípio por eles constantemente verificado na Natureza, de que a união faz a força, unem-se e organizam-se, reúnem os seus produtos e trabalham em comum, procuram obter para todos melhor rendimento. Milhares de agricultores têm-se organizado em cooperativas, realizando centenas de pequenas e grandes reuniões e assembleias em que discutem o estado da agricultura, os obstáculos que encontram ao desenvolvimento das suas explorações, os roubos de que são vítimas e as medidas que é preciso tomar para modificar a situação a favor dos produtores e dos consumidores, ambos prejudicados pela actual orgânica fascista.

Temente, desta força que se levanta em defesa dos seus interesses, o fascismo manobra clara ou disfarçadamente. Nuns lados é ele pró-

prio que cria as cooperativas e designa os seus dirigentes, os quais mimam, por dentro, os efeitos positivos dessa associação dos agricultores. Noutros lados submete as cooperativas às Juntas e outros organismos fascistas, tolhendo assim os movimentos dos produtores em seu favor. Noutros ainda, a penetração fascista dá-se não pela intromissão oficial, mas através da penetração dos maiores agrários de cada região, dirigentes dos próprios organismos fascistas, os quais pelas regras do caciquismo, pelo suborno ou pela coação, levam a massa associativa a elegê-los para as direcções, o que dá como resultado uma cooperativa para servir os interesses de uns tantos agrários (os maiores e não os da massa dos agricultores). Nos casos em que os produtores soberam afastar-se dos organismos corporativos e da influência do grande capital agrícola, é através da repressão e da provocação que o fascismo tenta impôr a sua presença e o seu man-

do: prende dirigentes, proíbe assembleias, ou manda-as vigiar por numerosas brigadas de agentes da PIDE e dificulta-lhes as iniciativas.

O Partido Comunista apoia os esforços dos camponeses para a constituição das suas cooperativas e incita-os a quebrar os travões postos pelo fascismo ao seu desenvolvimento através de despachos, da acção dos organismos corporativos, dos industriais das regiões, dos grandes agrários e capitalistas.

O caminho da luta é o que mais se impõe. A meia centena de produtores de leite de Pinheiro da Bemposta que protestaram junto dos depósitos de recepção contra o facto dos industriais de lacteínios terem tomado conta daqueles depósitos, apontam o exemplo. A acção dos 2.500 agricultores da cooperativa de «Oliveira de Azeméis», que se reuniram em Assembleia, apesar da presença provocatória na vila de 8 brigadas da PIDE durante a semana anterior e no decurso da própria assembleia, é digna de ser seguida.

Nas actuais condições de fascismo, a criação das cooperativas de pequenos e médios agricultores é já um passo na luta contra a orgânica corporativa. Lutar dentro delas pela sua independência, pelo direito à iniciativa é outro passo importante. Apresentar em manifestações nas ruas, em assembleias, em concentrações, as suas reivindicações mais sentidas e os seus protestos é impôr de forma segura soluções para os problemas das cooperativas. Estreitar a colaboração entre as várias cooperativas duma mesma região; unir esforços, conservando a independência respectiva; traçar acções comuns à escala regional ou mesmo nacional, são caminhos abertos aos agricultores-cooperativistas que podem levar à obtenção de regalias e facilidades.

Os colonialistas portugueses SERÃO DERROTADOS

(continuação da 1ª pág.)

dos seus países.

Ao lado dos povos de Angola, Guiné e Moçambique estão os trabalhadores de Portugal está o potente campo do socialismo, estão a classe operária as forças de libertação e da paz, do mundo inteiro.

Estas circunstâncias não dão lugar a entusiasmos, por parte dos colonialistas portugueses, mas a motivos de preocupação e de dúvida.

Os colonialistas portugueses conduzem uma guerra injusta em território que não é o seu. As bases de abastecimento encontram-se a milhares de quilómetros de distância. As condições geográficas são-lhes desfavoráveis. Uma parte importante do seu moderno material de guerra não pode entrar em acção com eficiência.

Que importa que o ministro da Defesa afirme ao País que os soldados comem bem, vestem bem e vivem bem e o seu moral é elevado? As suas afirmações alteram a realidade dos factos. Os jovens operários, camponeses, empregados e estudantes, enquadrados no exército, vivem os tormentos da guerra, não combatem com entusiasmo, nem vibram de patriotismo na defesa dos interesses dos colonialistas. Eles sentem que não defendem em África as fronteiras de Portugal ou a integridade da Pátria, mas o domínio dos monopólios e do imperialismo estrangeiro.

São estes que fomentam a guerra e a apoiam sem reservas. Ao lado dos colonialistas portugueses estão os círculos dirigentes dos Estados Unidos e das potências ocidentais. Se eles nem sempre podem apoiar abertamente, nos organismos internacionais, a política fascista em África, não deixam de fornecer-lhe o auxílio militar de que carece, para defesa de interesses comuns. É nessas forças

que o colonialismo português confia na batalha contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné. Estes defendem o direito à independência e à liberdade. Conduzem uma guerra de desgaste que cria embaraços crescentes às tropas de ocupação. Possuem armas eficientes e modernas. Alargam o seu campo de luta a novas zonas. O próprio ministro da Defesa foi forçado a confessar a existência de uma segunda frente no Sul de Angola, dirigida pelo M.P.L.A..

A classe operária e o povo português estão vitalmente interessados no termo rápido da guerra colonial. Na luta contra esta criminoso guerra eles encontram-se ao lado dos povos das colónias portuguesas, são seus irmãos de combate contra os monopólios capitalistas e o regime que os serve. Essa luta enfraquece o inimigo comum e contribui, de modo definitivo para a sua derrota.

AS DIFICULDADES APRESENTADAS PELO C. CENTRAL

(continuação da 1ª pág.)

tes, da formação de quadros, do desenvolvimento da organização».

Assinalando as perspectivas de acção resultantes das actuais condições políticas do país, o C.C. traça uma linha justa e precisa, para a organização e desenvolvimento da luta da classe operária e das massas populares em torno dos seus problemas vitais, contra a guerra colonial, contra a repressão, pela amnistia, pela liberdade.

A reunião do C.C. colocou na ordem do dia o reforço e alargamento da Unidade anti-fascista a busca comum de soluções, para

que se passe a uma fase de actuação em comum, com todas as possibilidades que daí resultam, para o progresso e êxitos do movimento democrático.

«O Partido tem forças e recursos—afirma o Comunicado do C.C.—para realizar as tarefas a que se propõe. Orientado pela linha traçada pelo VI Congresso, realizá-las-á com a unidade, com o esforço, com o espírito revolucionário, com a disciplina, com a iniciativa dos seus membros e com o largo apoio dos trabalhadores, da juventude, dos homens mais esclarecidos e corajosos de todas as camadas populares.»

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 25 metros, das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 em 32 metros e das 0,30 às 0,50 em 36, 39 e 43 metros—aos domingos às 13 horas.

LUTA UNIDA DOS TRABALHADORES

pela subida geral dos salários

Nos campos os trabalhadores lutam

Os trabalhadores do Escorial recusaram a jornada de 30\$00 que o fanteiro Francisco Camelo lhes queria impôr. Durante uma semana fizeram greve. Em face da sua firmeza e unidade o Camelo viu-se forçado a pagar a jornada de 40\$00 que os trabalhadores exigiam.

Na herdade de Portos de Baixo, em Montemor-o-Novo o proprietário falou a um rancho de homens para o trabalho na cortiça, oferecendo-lhe a jornada de 50\$00. Os trabalhadores reclamaram 55\$00, mas o agrário não lhes quis conceder. Oito dias depois foi buscá-los pela jornada que eles exigiam.

Numa herdade de Alcáçovas, 10 tractoristas reclamaram o horário de 8 horas e um aumento de salário de 60\$00 para 80\$00. A atitude combativa e a unidade com que defrontaram as manobras do patrão permitiram-lhe conquistar os 20\$00 que reclamavam.

Em Cozinhos, no Alentejo os tiradores de cortiça abandonaram o trabalho, perante a recusa do agrário que se recusou a pagar-lhes a jornada de 55\$00. Esta posição de firmeza dos trabalhadores fez com que o lavrador abandonasse os seus propósitos e fosse forçado a pagar a jornada requerida pelos tiradores de cortiça.

paralisação de mineiros POR 24 HORAS

Os jornais do Norte deram a notícia: morreu esmagado no fundo das minas de S. Pedro da Cova um jovem mineiro. Dias antes outro havia sido vítima de grave acidente.

Logo que souberam da morte do seu camarada os mineiros paralisaram o trabalho por 24 horas. O funeral foi uma das mais sentidas manifestações de pesar e de revolta.

A publicação da notícia preocupou os patrões, pois temem que se faça sentir os seus efeitos no recrutamento de novos mineiros, numa altura em que a mina luta com falta de pessoal. Daí a ameaça de represálias aos trabalhadores que consideram os responsáveis pela divulgação da morte do seu companheiro.

A vida dos mineiros não interessa aos patrões das minas. Por isso, são frequentes os acidentes e contínuos os ricos que correm, enquanto em Londres, Paris, Bona e Lisboa os exploradores das minas amontoam lucros fabulosos.

Contra os baixos salários e a falta de protecção, os mineiros devem desencadear acções de protesto. As paralisações são formas de luta tanto mais poderosas, quanto mais bem organizadas elas forem.

(continuação da 1ª pág.)

tos de salários nos últimos tempos. Os motoristas aguardam há mais de 2 anos que seja elaborado um novo contrato colectivo. Os operários metalúrgicos vêem subir os lucros das empresas, mas os seus salários não acompanham o aumento do custo de vida nem a prosperidade da indústria. O contrato colectivo dos operários têxteis, assinado pelo prazo de um ano e com carácter provisório, transformou-se em definitivo, sancionando salários baixíssimos e situações insustentáveis. O contrato colectivo dos empregados de mesa data de 1941 e na base dele se mantêm salários de 400\$00 e 500\$00 mensais, que só o uso generalizado da gorjeta consegue elevar.

O que podemos dizer ainda dos salários dos operários da indústria de tabacos, telefones, empregados de escritório do Sul, ajudantes de farmácia, empregados da propaganda médica, enfermeiras, professores de ensino particular, que se encontram em luta por aumento de salários e melhores condições de vida?

Mas não temos apenas que considerar o agravamento do custo de vida provocado pelo imposto de transacções. Temos de considerar também o agravamento anterior dos preços, que pesava já no orçamento familiar dos trabalhadores.

O novo imposto vai ainda motivar a alta geral dos preços, incluindo o escasso número de artigos alimentares que não foram abrangidos pelas medidas do governo e provocará, em cadeia, aumentos sucessivos.

Nunca o governo fascista ousou elevar de uma maneira tão aberta e ostensiva o aumento do custo de vida, lançar tão descaradamente o peso da sua política de guerra e de protecção aos monopólios sobre os ombros da classe operária e do povo português.

Esta situação exige uma rápida acção dos trabalhadores, o reforço da sua unidade e da sua luta, para fazer face à nova ofensiva fascista.

Acções de massas nas empresas, nas zonas industriais, no país inteiro, para que o peso das novas medidas fascistas não vão agravar ainda mais as condições de vida da classe operária e do povo.

Ao aumento geral do custo de vida, agora decretado, os trabalhadores devem responder com a intensificação da luta por aumento geral de salários.

Operárias e Operários Conserveiros!

A ESPERA NADA RESOLVE

Vai para cinco meses que os 25 mil operários das conservas aguardam a renovação do contrato colectivo. Entretanto a situação nas empresas agrava-se e toma formas revoltantes. Não há horários para as operárias que trabalham na indústria. A qualquer hora da noite, logo que a sirene soa, têm de apresentar-se nas fábricas. Por lei, a partir das 20 horas o trabalho, deve ser considerado extraordinário e pago como tal. Mas no comum das empresas os industriais ignoram a lei e as autoridades fascistas também.

Salários a 3\$00 a hora e com descontos, 12 e mais horas de trabalho por dia, a ritmo acelerado. Só 30 por cento do pessoal é considerado efectivo. Deste modo os industriais negam às operárias e operários o usufruto das regalias insertas no contrato. Não têm dias de trabalho assegurado por semana. Não possuem direito a férias. Não recebem subsídio no parto nem os benefícios da assistência.

Entretanto a indústria de conservas não está em crise. Não há re-

dução no mercado externo. Pelo contrário. Verifica-se uma subida notória na exportação de conservas, aumentando a das sardinhas de 892 mil contos em 1964, para 1 milhão e 12 mil contos em 1965. As exportações de outro tipo passaram de 282 mil contos para 400 mil.

Há apenas um governo fascista, que dá aos industriais das conservas o direito ao enriquecimento sem limites e aos operários a obrigação imposta pela força de receberem salários de miséria.

Na vida dos conserveiros, como na de todos os trabalhadores, registou-se um novo agravamento, provocado pelo recente imposto de transacções, que aumenta de 7 a 20 por cento o preço de artigos de amplo consumo.

A renovação do contrato colectivo, o aumento de salários, a satisfação das reivindicações imediatas das conserveiras e conserveiros torna-se mais imperiosa do que nunca.

Discutindo nas empresas, criando comissões de unidade, estabelecendo ligações com os outros tra-

É preciso impôr Praças de Jorna

Local tradicional de reunião dos trabalhadores agrícolas, a praça de jornadas tem registado em muitas terras menor afluência ou não se tem mesmo realizado.

Quase sempre se deve isto a uma habilidosa manobra dos agrários, que tem por finalidade evitar que os trabalhadores se reúnam e exijam salários e condições de trabalho justos. É o caso, por exemplo de Alpiarça.

Através dos seus informadores, os agrários tomam conhecimento das jornadas que os trabalhadores pensam impôr na praça e mandam os seus capatazes de casa em casa, de grupo em grupo, contratando os homens antes de irem à praça, com a promessa de na semana seguinte satisfazerem as suas aspirações. Claro que acabam quase sempre por dar bem menos do que aquilo que sabem ser a reivindicação dos trabalhadores.

E assim os agrários atingem dois fins: não dar tudo o que os trabalhadores se preparam para exigir e ir-lhes fazendo perder o hábito de se juntarem na praça, quebrando a pouco e pouco, a grande unidade que sempre tem existido. E quando este último fim estiver inteiramente conseguido os agrários imporão de todo a sua lei, que é a lei dos salários de fome!

Trabalhadores agrícolas! É preciso impôr a praça de jornadas! Que os mais conscientes e de maior experiência, pacientemente e de forma fraternal expliquem aos outros as manobras dos agrários.

A grande força dos trabalhadores agrícolas continua a ser a sua união.

COLABORAÇÃO

PARA O «AVANTE!»

Têm chegado à Redacção do «AVANTE!» vários artigos, facto que nos alegra sobremaneira. Alguns deles já foram publicados e outros serão no momento oportuno. Queremos, no entanto manifestar aos camaradas que nos enviaram colaboração, que se esforcem também no sentido de nos informarem sobre problemas concretos dos trabalhadores e da situação nacional.



40 ANOS DE FASCISMO 40 ANOS DE PROTECÇÃO AOS MONOPÓLIOS

Em Maio passado, do Alto Resbago, o ministro da Economia, esboçou a traços largos, os novos aspectos da política de protecção aos monopólios da electricidade e aos monopólios capitalistas em geral. Zelosamente, ele tentou tranquilizá-los, em face do horizonte congestionado de ameaças, e disse: «estam tranquilos os capitais privados (nacionais e estrangeiros), pois nunca o objectivo do Estado português será a socialização ou a nacionalização das empresas».

O poder da ditadura emana do poder dos monopólios. A protecção a estes acompanha a prolongada história do fascismo.

Sinel de Cordes, o primeiro ministro das Finanças da ditadura, quase esvaziou os cofres do Estado para subsidiar as grandes companhias capitalistas.

Com Salazar essa protecção estruturou-se em formas organizadas e metódicas. O que se pode esperar de um governo cujos ministros são representantes dos monopólios, membros da alta finança?

Não se registaram apenas os escandalosos arrendamentos das fábricas do Estado, das linhas ferroviárias à C.P., das medidas de favoritismo aos bancos, aos grandes potentados da indústria, aos grandes senhores da terra.

nos campos os trabalhadores lutam

(continuação da 3ª pág.)

Na Herdade da Serra, no concelho de Reguengos de Monsaraz, a luta unida dos tiradores permitiu-lhes conquistar jornas de 60\$00, com direito ao transporte para o local de trabalho e sem desconto do tempo perdido.

Na Herdade do Outeiro do Roxo, freguesia do Escoural, os trabalhadores da cortiça conseguiram igualmente jornas de 60\$00.

Formando bloco, na defesa das suas reivindicações, manifestando uma atitude de combatividade digna de nota, apresentando-se unidos em face dos agrários, os tiradores de cortiça conseguiram em várias regiões do Alentejo que os seus salários passassem de 45\$00 e 50\$00 para 55\$00 e 60\$00. São êxitos que servem de estímulo e de experiência para novas lutas.

Luta de operários agrícolas.

Em Alcáçovas, na Herdade de Água da Elvirinha, as mulheres que trabalham na lavra do arroz tomaram uma atitude de resistência, frente ao roubo que o patrão se preparava para cometer nos seus magros salários.

Em vez dos 30\$00 que vinham ganhando, as trabalhadoras verificaram que o agrário lhes queirram pagar apenas 28\$00. Este facto desencadeou uma onda de protestos, reforçado por novos motivos de indignação. O agrário retirou-lhes o transporte em que eram conduzidas ao local de trabalho.

Em face destas medidas revoltantes as mulheres abandonaram o trabalho.

Durante 40 anos de fascismo, o governo salazarista organizou ramo após ramo da economia nacional para os colocar sob o poder dos monopólios. Moagem, conservas, vidro, transportes, construções navais, têxtil, cimentos, cerveja, construções de máquinas, turismo, florescem sob a alçada das grandes companhias, sob o lema da concentração industrial.

A organização corporativa, e a máquina do Estado foram criadas e aperfeiçoadas para servir os monopólios. Os dinheiros públicos passam do bolso do contribuinte pobre para as mãos dos potentados capitalistas nacionais e estrangeiros.

Sob a protecção do fascismo um só desses monopólios—A C.U.F.—estende-se hoje por cerca de 40 empresas e bancos. O Banco Nacional Ultramarino aumentou em mais de 10 vezes o seu capital num curto período de 15 anos e alargou os seus interesses a mais de 30 companhias e bancos. No ramo da têxtil, uma só Companhia, a Empresa Fabril do Norte, ramifica-se por 16 outras empresas, na sua grande maioria produtoras de tecidos. No domínio dos transportes a C.P. tem hoje nas suas mãos as linhas de caminho de ferro do Estado e recebe deste uma ajuda financeira escandalosa.

Para que os monopólios floresçam, para que os lucros se acumulem, cresce a exploração dos trabalhadores, liquidam-se as classes médias, asfixia-se o pequeno e médio comércio.

Nacionalizar os monopólios, colocar as riquezas actualmente nas suas mãos, ao serviço do povo, si-

A diplomacia fascisata manobra

CONTRA A PAZ

e a independência nacional

Nesta contextura de crise, de guerra e de descrédito internacional o fascismo manobra para refazer relações, buscar novos apoios, colmatar as consequências dos desaires externos sofridos nos últimos anos.

A Alemanha Ocidental surge hoje como o mais seguro aliado da política fascista. Não admira que se sucedam as visitas e as declarações. E muito menos espanta, que o ministro Franco Nogueira, fiel defensor de Hitler nos seus tempos de estudante, patenteie com tamanho júbilo o resultado das suas conversações com os continuadores e adeptos do regime nazista, manifeste a sua concordância e apoio à política revanchista de Bonn, que ameaça a segurança da Europa e a paz mundial.

Esse perigoso conluio entre os governantes de Portugal e da Alemanha Ocidental abriu as portas do país à penetração capitalista alemã, em larga escala, levou à fixação de tropas e aviões germânicos, na base aérea de Beja, estimulou a política agressiva dos militaristas de Bonn, que reivindicam as fronteiras do tempo de Hitler, a destruição da República Democrática Alemã e a posse da arma nuclear.

No quadro das alianças com a

significa abrir uma nova era de bem estar e de progresso que o país jamais conheceu. Uma tal tarefa inscreveu-a o Partido Comunista no seu Programa, aprovado no VI Congresso. Ela será levada a cabo, após a queda da ditadura fascista com a activa participação da classe operária e, do povo trabalhador.

reacção, o Brasil voltou ao primeiro plano. Não é a língua comum e a origem comum que interessam os dirigentes das duas nações. Liga-os uma política reaccionária anti-popular e anti-democrática, que roubou aos dois países o usufruto das liberdades fundamentais e calçou aos pés a independência nacional.

As visitas realizadas pelos representantes dos dois governos destinam-se a reforçar, para o Brasil, o abalado poder da reacção, e para Portugal, a buscar no novo aliado, um novo apoio que contrabalance os insucessos da sua política externa à custa de concessões ruinosas para a economia nacional, como o comprovam os recentes acordos.

A evidência dos factos demonstra que o Pacto Ibérico, que a aliança com Franco, serve os tenebrosos designios dos dois regimes e da reacção mundial.

Milhares de soldados portugueses e espanhóis, sob a direcção de um Estado Maior comum, realizam manobras de guerra conjuntas contra um suposto inimigo. Estas manobras visam mostrar à Europa Ocidental, em plena crise da NATO, o valor estratégico dos dois países, comprovar o papel que a Espanha pode desempenhar como membro da Aliança Atlântica, ao mesmo tempo que ensaiam as forças para a luta contra os povos peninsulares, que procuram sacudir o jugo fascista.

O jogo diplomático do governo de Salazar é de fácil definição. Manobra contra a paz e a independência nacional, em aliança com as forças da reacção à escala do mundo. Quer subsistir deste modo.

A FAMÍLIA MELO CONTRA O MITO DA «FAMÍLIA CUF»

Desde o início os operários e operárias da CUF encaram com grande suspeita a criação da Comissão Interna de Empresa (CIE), pois ela iria ser na opinião dos Melos a imagem da família CUF—patrões e operários discutindo os problemas de todos e procurando satisfazer os desejos de ambas as partes. Não acreditando nas palavras do patronato os operários desejaram no entanto pô-lo à prova e, aproveitando as reuniões da CIE foram expondo aos patrões as suas necessidades. Entre elas logo avultou a do aumento geral dos salários e os Melos foram protelando, estudando, procurando lançar boatos dum contrato colectivo em estudo, etc.. E quando já não era mais possível adiar surgiram as famosas promoções. Alguns operários melhoraram, outros ficaram na mesma; nenhum ficou satisfeito perante o agravamento incessante do custo de vida.

Mais uma vez a família Melo procurou impôr o conceito da família CUF e explicar ser impossível dadas as grandes despesas da empresa. E foi negando, contrariando, desmascarando-se cada vez mais. A máscara acaba agora de cair. Já não é possível aos Melos sustentar as suas asas de anjos da guarda dos operários. Perante a insistência de

um dos delegados operários à CIE para que fosse concedido o pagamento do 7º dia, os Melos despediram-no! Agora é visível aos olhos de todos a verdadeira face de exploradores do operariado. Com a «irmandade do Jorge de Melo» ou com outras quaisquer manobras procurarão continuar a enganar os operários.

COM O RECOMEÇO DAS AULAS...

De Outubro—recomeço das aulas—às férias do Natal, o tempo passa a fugir. Os estudantes terão de o saber aproveitar para se organizarem, para irem conhecendo os novos alunos, para substituírem os dirigentes académicos saídos, para forjarem uma fraternidade surgida num largo convívio.

Na universidade como nos liceus e nas escolas técnicas o direito de associação, a liberdade e autonomia das associações, são reivindicações sentidas e constantemente exigidas pela massa dos estudantes. Com a repressão que tem caído sobre as escolas a solidariedade aos estudantes presos; expulsos ou suspensos tem sido outro factor da luta que os tem unido; quaisquer que sejam as suas tendências políticas ou religiosas.

O ano lectivo de 1966-67 não des-

Mas não o conseguirão. Os operários continuarão a sua luta por aumento de salários, por garantia de trabalho, pela readmissão do seu companheiro. Eles saberão utilizar a CIE e aplicar todas as formas de luta para cimentarem a sua unidade e arrancar ao patronato a satisfação das suas justas reivindicações.

merecerá dos anos anteriores. Contra a repressão e pela liberdade, pelo regresso às escolas dos estudantes compulsivamente delas afastados e pela autonomia das associações académicas, democraticamente dirigidas por estudantes eleitos em assembleias de sócios, os estudantes saberão unir-se e bater-se. Mas eles bater-se-ão igualmente pelos inúmeros problemas que os afligem no dia a dia.

Os estudantes portugueses têm encontrado na sua luta o apoio dos estudantes de todo o mundo. Esse apoio e uma solidariedade activa continuarão por certo a fazer-se sentir este ano. Por seu lado os estudantes portugueses não deixarão de manifestar a sua solidariedade aos estudantes de outros países. A solidariedade de combate a todos une e a todos estimula na luta.

**CINCO DE OUTUBRO
E OS IDEIAS
DEMOCRÁTICOS**

Há 56 anos que do alto da Rotunda, em Lisboa, a revolução republicana ditava, pelo fogo dos canhões e pela participação popular, o triunfo do novo poder.

Os ideais da Democracia, pelos quais se bateu o povo português, foram um factor de progresso na vida nacional, após a instauração da República, embora esta não tenha procedido a reformas profundas na estrutura económica do país.

Varrido o poder democrático pelo golpe de estado fascista, os ideais da Democracia continuaram a viver nas aspirações e na luta do povo português, acompanhando as novas exigências sociais, ditadas pela evolução histórica.

Em actos públicos, em manifestações de rua, em lutas de messas, o povo palteou o seu ódio ao fascismo e o seu firme propósito de Instaurar a Democracia. Democracia que sirva os interesses do povo, Democracia que ponha fim ao poder dos monopólios.

Nesta longa jornada de silêncio e de miséria, que foi imposta pela ditadura, os ideais da Democracia têm servido de base à unidade das forças anti-fascistas às várias acções conjuntas contra a política fascista.

Prestamos homenagem aos combatentes da República, aos homens que abriram um novo período histórico na vida da Nação, aos que depois deles não deixaram de lutar, perseguidos e brutalizados pelo fascismo, pelo triunfo da causa democrática, que não pode separar-se da causa do povo.

O governo de Salazar procura apagar esta data da memória do povo e da História Patria. As últimas medidas tomadas pelo Ministro das Corporações, considerando que o 5 de Outubro e o 1 de Dezembro não são feriados obrigatórios, demonstra como o regime fascista é inimigo mortal dos ideais democráticos e da independência nacional, e como cabe às forças anti-fascistas reconquistar para o país a liberdade e a soberania, pela luta, pela unidade, pela participação popular.

**PROPOSTAS CONCRETAS NA ONU
A FAVOR DA PAZ
E DA INDEPENDÊNCIA DOS POVOS**

A União Soviética, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gromiko, denunciou as «propostas de paz», apresentadas pelos Estados Unidos, na Assembleia Geral da O.N.U. como uma manobra que não contém os mais ligeiros sinais de seriedade.

Não são as forças de libertação do Vietnam que têm de abandonar aquele país. São as tropas americanas que devem cessar a agressão e partir para os Estados Unidos. Foram eles que levaram a guerra ao Vietnam. São eles que praticam os mais bárbaros assassínios e mais brutais destruições nesse martirizado país.

«A agressão ao Vietnam não é a única actividade subversiva norte-americana — disse Gromiko — o Laos, o Camboja, a República Dominicana e Cuba também constituem áreas de agressão norte-americana».

As últimas «eleições» no Vietnam não passaram de uma mascarada. Não pode haver eleições livres, nem órgãos representativos da vontade popular, nem paz no Vietnam, nem reconstrução económica, nem segurança para a Humanidade, enquanto os exércitos dos Estados Unidos continuarem oprimindo e devastando o Vietnam.

A União Soviética e os outros países socialistas prestam ajuda material, cada vez maior, ao povo heróico do Vietnam e apoiam a sua justa causa. Em todo o mundo, as massas trabalhadoras, em proporções cada vez mais largas, desmascaram os criminosos planos dos imperialistas norte-americanos e exigem a saída das tropas dos Estados Unidos do Vietnam.

A classe operária e o povo português devem e podem participar mais activamente na luta solidária para com o povo do Vietnam e pela salvaguarda da paz.

Na tribuna da Assembleia Geral da ONU, André Gromiko denunciou também os perigos da política dos círculos revanchistas da Alemanha Ocidental, apoiados e estimulados pelos Estados Unidos. Uma tal política ameaça a paz e a segurança da Europa, dificulta as relações normais entre os povos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros soviético reafirmou os pontos de vista que opõem à política belicista de Bona uma política de paz. Manifestou-se pela realização de uma Conferência de todos os países da Europa, destinada ao estabelecimento de relações normais entre as nações e à prática de uma política de coexistência pacífica. Propôs aos

representantes das Nações Unidas a adopção de resoluções, para que se ponha fim à existência de bases militares estrangeiras em vários pontos do globo e se renuncie no futuro à instalação de novas bases; para que se condenem todas as formas de intervenção nos assuntos internos dos Estados e dos povos por parte de outros Estados; para que se reuncie, com o apoio de todos os Estados, a quaisquer actos que dificultem um acordo sobre a não desseminação das armas nucleares, até que seja concluído um acordo neste sentido.

Estas propostas realistas da União Soviética, tiveram uma grande repercussão internacional e contribuirão, sem dúvida, para alargar e reforçar a luta dos povos pela paz e pela independência nacional.

Estas propostas servem a causa do povo e das forças patrióticas portuguesas que querem libertar o país das bases estrangeiras, da submissão às potências imperialistas e à sua política agressiva, que querem pôr termo à guerra colonial, pelo pleno reconhecimento do direito dos povos à independência imediata e completa, que querem realizar uma política de paz e amizade com todos os povos.

A condenação do colonialismo português e dos seus actos provocatórios contra nações africanas figura na ordem do dia da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança. Uma queixa da República da Zâmbia contra Portugal provocada pela destruição da aldeia de Ichapatela, por aviões portugueses. Uma outra da República do Congo, pelo treino de mercenários de Tschombé em território de Angola.

Franco Nogueira, repetindo indicações de Salazar, negou o facto, na sua recente Conferência de imprensa. Mas pode alguém de bom senso acreditar nas palavras deste serventuário salazarista, que negou já publicamente a existência da guerra contra os povos das colónias portuguesas?

De novo o governo fascista português será amarrado ao pelourinho e condenado pela Assembleia Geral da ONU pela sua criminosa política em África, pelo seu colonialismo obsoleto, pela sua obstinada resistência em aplicar as resoluções da ONU, em reconhecer aos povos coloniais o direito à livre escolha dos seus destinos.

**O novo código civil
ARMA DE CLASSE DA DITADURA**

Não se pode esperar que uma ditadura que serve os monopólios, mude de rumo no domínio das leis, quando na vida de cada dia não faz mais do que acentuar o seu carácter anti-popular, a sua descarada protecção aos grandes capitalistas contra a classe operária, contra o povo português.

O Projecto do Código Civil é um espelho do regime. Inspiram-no as linhas mestras do pensamento fascista, expressas em discursos, em medidas práticas, na Constituição, que se moldou, todos o sabem, na Constituição fascista de Mussolini.

Não é a lei de respeito pela propriedade que o novo Código sanciona. É a lei do mais severo respeito pela grande propriedade capitalista. A pequena e a média propriedade estão sujeitas ao rigor da legislação fascista.

Para os contratos de arrendamento da terra, o novo Código estabelece, como prazo mínimo, o período de seis anos. Para quê? Para que durante esse período — tal como afirma o parecer da Câmara Corporativa — os rendeiros desenvolvam a mecanização, introduzam benfeitorias, arroteiem as terras incultas, plantem árvores, encontrem água para a rega dos terrenos. A lei sanciona a redução de 50 por cento da renda no caso de mais anos agrícolas provocados por inundações, estiagem ou ciclone. Mas essa redução só será efectuada no caso dos anos anteriores terem sido muito desfavoráveis aos rendeiros.

Além de outras medidas lesivas

da agricultura, a prática do foro e de outros tipos de legislação feudal permanecem no novo Código.

O Código Civil agravou a situação da classe operária e das massas trabalhadoras, no que se refere ao magno problema da habitação. Ele permite o aumento das rendas, sujeitando os prédios à avaliações de 5 em 5 anos, e facilita as acções de despejo pelos motivos mais fúteis.

Os legisladores fascistas mantêm no novo Código a situação de inferioridade da mulher em diversos domínios. Não diz o ministro da Justiça, na solene apresentação do Compêndio, que a igualdade da mulher «acabaria por destruir a necessária unidade da família, além

de esquecer a profunda desigualdade natural dos dois sexos, que está na base da união matrimonial»?

Arma de classe da dominação fascista, o novo Código não pode subsistir para além da existência da ditadura. Seria uma afronta ao povo e aos democratas, seria um enxovalho aos juristas portugueses que batalham por leis justas e humanas.

O novo Código levantou já contra si vivas e acerasas críticas de grande número de advogados. Mas a acção contra o novo Código deve ser mais ampla e concertada, envolvendo a activa participação dos juristas, das forças democráticas e do povo. O Código Civil fundamenta gritantes injustiças sociais, novas violências e abusos.

CONTRA A DEPORTAÇÃO DOS PRESOS

POLÍTICOS PARA AS COLÓNIAS

(continuação da 6ª pág.)
o alertar e mobilizar as massas populares do nosso país e a opinião pública internacional.

O novo crime que a camarilha salazarista planeou na sombra pode e deve ser evitado. As «medidas de segurança» e qualquer outro seu sucedâneo para mascarar a prisão por tempo indeterminado, também podem ser abolidas. Para isso, apenas um caminho existe: A Unidade activa de todos os democratas portugueses, a mobilização para a acção prática das largas massas populares com a

classe operária à frente.

Os familiares dos presos políticos podem e devem desempenhar um papel importante nesta acção procurando persistentemente o apoio dos democratas e dos advogados e insistindo junto das autoridades governamentais para restituírem os seus entes queridos à liberdade e salvarem as suas vidas ameaçadas e exigindo, em face do novo decreto, junto das autoridades governamentais e dos dirigentes da PIDE, uma declaração pública de que não haverá deportações de presos políticos para fora do continente.

O «AVANTE!» NÃO DEVE SER DESTRUÍDO

Há milhares de pessoas que não têm o «Avante!», embora fosse seu desejo fazê-lo.

Por isso cada número do «Avante!» não deve ter apenas um leitor. Fazei-o chegar às mãos de operários, camponeses, intelectuais, estudantes, de democratas de várias tendências, enviando-o pelo correio ou deixando-o em lugar onde possa ser facilmente encontrado.

O «Avante!» é a voz do Partido Comunista Português. Com o esforço e espírito de iniciativa dos seus militantes e dos seus amigos, deve chegar tão longe quanto possível.



HÁ 30 ANOS ABRIA O CAMPO DO TARRAFAL

A 29 de Outubro de 1936, desembarcava dos porões do velho paquete «Luanda» a primeira leva de presos políticos para o Campo da Morte Lento do Tarrafal.

Drama de violências e de crimes que durou 18 anos para os antifascistas portugueses, mas que continua, com a mesma revoltante crueza, para os patriotas angolanos e guineenses.

Muitos dos que pisaram confiantemente o solo de África não voltaram a Portugal. Liquidou-os sem piedade o fascismo salazarista. Trabalhos esgotantes, que nada tinham a ver com a profissão de cada preso, espancamentos, seguidos de castigos na «frigideira», o famoso segredo, falta de assistência médica e hospitalar, deficiente alimentação, ambiente de terror nazista, em zona de absoluto isolamento, roubaram a vida a dezenas de patriotas e arruinaram a saúde para quase todos.

Bento Gonçalves, secretário geral do P.C.P. foi assassinado por estes sinistros processos, depois de ter concluído a sua pena. Alfredo Caldeira também, assim como Mário Castelhan, António Guerra, Ernesto José Ribeiro, Alves Barja, Henrique Vale Domingues, Joaquim Marreiros e muitos outros que ficaram lá para sempre.

Tarrafal! Este nome constitui uma acusação. Acusação de crimes, de violências, de torturas bárbaras, que são o fundamento da ditadura fascista.

Os métodos de morte lenta não desapareceram. Os presos políticos estão nas mãos de carrascos tão friamente impiedosos como os que praticaram os crimes do Campo de Concentração do Tarrafal.

Nós podemos salvá-los. Devemos salvá-los. Demos as mãos e lutemos.

A F.S. MUNDIAL SAÚDA OS TRABALHADORES PORTUGUESES

Assinalando a libertação de José Vitoriano a Federação Sindical Mundial enviou aos trabalhadores portugueses: uma mensagem na qual se afirma:

«É com alegria que tomamos conhecimento da libertação, após 15 anos nas prisões salazaristas, do dirigente sindical português, José Vitoriano.

A libertação de José Vitoriano marca uma nova vitória na luta contra a repressão salazarista.

Os sindicatos dos trabalhadores de todos os países que participaram na campanha de solidariedade para a libertação de José Vitoriano, plenamente apoiada pela F.S.M. encontrarão nesta nova vitória da solidariedade nacional e internacional, um encorajamento poderoso para a luta pela libertação de todos os presos e pela Amnistia.»

CONTRA A DEPORTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS PARA AS COLÓNIAS PELA ABOLIÇÃO DAS «MEDIDAS DE SEGURANÇA» UNIDADE ACTIVA DE TODOS OS DEMOCRATAS

Uma grande ameaça, para alguns mesmo de morte, pesa sobre os presos políticos, em especial sobre aqueles cujas penas foram ainda agravadas pelas famigeradas «medidas de segurança».

Conforme pequena local dos jornais de 25 de Setembro, o governo fascista de Salazar decidiu por decreto dos ministros da Justiça e do Ultramar a deportação dos presos políticos para prisões das colónias. Quer dizer: SALAZAR DECIDIU A REABERTURA DE CAMPOS

Defendamos a vida dos presos

Para já, esta medida caracteristicamente fascista representa um grave perigo, isto é, uma tentativa encoberta de liquidar a frio, nos inóspitos e longínquos campos de África, as vidas de alguns dos melhores filhos da classe operária e do povo português, encarcerados na fortaleza de Peniche e noutras prisões salazaristas. Joaquim Pires Jorge,

DE CONCENTRAÇÃO DE TIPO NAZI DE TÃO TRISTE MEMÓRIA.

Tal medida não representa força mas debilidade inconfessada. Não é forte um governo que procura impôr-se pela repressão e pelo terror e calar o descontentamento popular contra a sua política de espoliação das massas laboriosas e de traição nacional por métodos intimidativos condenados pela opinião pública nacional e internacional.

engenheiro Bianqui Teixeira, Octávio Pato, capitão Varela Gomes, António Dias Lourenço, Carlos Costa, os estudantes José Bernardino e Saldanha Sanches, Manuel Serra e tantos e tantos outros, com as penas terminadas, uns, condenados a pesadas penas outros, são vidas que o povo português deve defender.

Unidade e acção das forças democráticas e das massas populares!

Contra as «medidas de segurança» e para impedir a deportação dos presos políticos para os campos de morte de África, a acção das massas populares e a classe operária à cabeça é fundamental e decisiva. Nesta acção urgente podem e devem colaborar unirse e actuar sem perda de tempo todos os democratas portugueses, independentemente dos partidos e grupos políticos a que pertençam e das crenças que professem. Republicanos, socialistas, católicos, liberais, comunistas e elementos sem

partido, não podem nem devem ficar na expectativa.

A libertação dos presos políticos logo após o fim das suas penas e a vida de muitos deles exigem a acção imediata de todos. Em acções paralelas e em conjunto, todos têm o dever de actuar sem perda de tempo, pelas formas mais variadas, junto das autoridades governamentais. Fundamentalmente interessa actuar com vista a mobilizar todas as pessoas para quem a liberdade e a vida humana são bens supremos. (continua na pág. 5)

O PROF. CID DOS SANTOS FOI PUNIDO PELO MINISTRO DA SAÚDE

O professor Cid dos Santos, catedrático da Faculdade de Medicina, director dos Serviços de Cirurgia do Hospital Escolar de Lisboa e conhecida figura de cientista nos meios internacionais, foi recentemente punido, com três meses de suspensão, por uma desconhecida figura no campo da Medicina, o ministro da Saúde, por «grave falta de respeito para com o seu superior hierárquico.»

Que actos cometeu o professor Cid dos Santos para desafiar a cólera deste títere fascista?

As perguntas formuladas num inquérito pelo próprio ministro da Saúde, dirigido aos professores da Faculdade de Medicina, sobre as condições de funcionamento do Hospital Escolar de Lisboa, o professor Cid dos Santos respondeu com a sua autoridade de médico e de catedrático: «o funcionamento do Hospital corresponde a um massacre da Medicina».

Três meses de suspensão do seu cargo de Director dos Serviços de Cirurgia! Esta foi a resposta do ministro.

Uma pergunta se coloca: O que irão fazer os professores da Faculdade de Medicina? O que irão fazer os médicos que com ele trabalhavam no Hospital Escolar? O que irão fazer os estudantes, que tantas vezes se têm manifestado contra os actos de violência do regime?

As aulas ainda não começaram. Mas nunca é tarde para marcar uma atitude de solidariedade para com o professor Cid dos Santos e para condenar o acto policial, arbitrário e prepotente do chamado ministro da Saúde.

O professor Cid dos Santos não fez mais do que expressar, com um desassombro digno de exemplo, o que é um pensamento comum a quantos médicos, estudantes e enfermeiras trabalham no Hospital Escolar.

NO CANADÁ

Apoiado pelos Comitês pela amnistia aos presos políticos portugueses existentes em França, Itália, Bélgica, Inglaterra, países nórdicos, etc., o Comité preparatório da Conferência pela Amnistia a realizar em Toronto fixou os dias 28, 29 e 30 de Outubro para a celebrar. De todos os pontos do mundo têm chegado aos organizadores apoios, mensagens e saudações, algumas delas por intermédio da Junta Revolucionária da Frente Patriótica de Libertação Nacional, que à Conferência tem dado todo o apoio possível. Desenvolve igualmente grande actividade o jornal «Portugal Democrático», o excelente periódico da Oposição anti-salazarista radicada no Brasil, assim como os membros dos centros oposicionistas portugueses existentes no Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, nos países da Europa Ocidental e nas Democracias Populares.

Conferência pela Amnistia AOS PRESOS POLÍTICOS PORTUGUESES

A notícia da libertação de José Vitoriano foi motivo de vivo entusiasmo para todos os que, pelo mundo fora, tinham colaborado na grande campanha em seu favor e, em primeiro lugar, pela Federação Sindical Mundial, patrocinadora e principal impulsionadora das inúmeras acções desenvolvidas.

Carlos Brito foi também libertado

Eis outra notícia que a todos alegria e incita a prosseguir a campanha pela libertação imediata dos presos que já terminaram as suas penas. Não fora a acção de todos, no País e no estrangeiro, e a PIDE continuaria a prolongar indefinidamente os períodos das «medidas de segurança», com que vinha a impedir a libertação deste patriota.

É preciso libertar Sofia Ferreira

Na luta pela libertação de todos os presos não podemos deixar de pôr em primeiro lugar a daqueles cuja vida corre perigo imediato: Sofia, Gregório, Lindolfo, Saboga, mas também Pires Jorge, Dias Lourenço, Bianqui, que ainda em cumprimento das penas bárbaras a que foram condenados se encontram com a saúde fortemente abalada.

Urge salvá-los! Urge libertá-los!

Adesões à Conferência do Canadá

Deram a adesão à Conferência de Toronto várias personalidades de diferentes países, entre as quais o filósofo inglês Bertrand Russell, o cientista Bernal, François Mitterrand, François Mauriac, Louis Saillant, Alberto Moravia e muitos outros.